



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024**

**PROCESSO: 0273/2024**

**OBJETO:** Registro de preços visando à contratação de empresa especializada para aquisição de Livros Didáticos Complementares com recursos híbridos para alunos e professores da Rede Municipal de Educação de Pirapora do Bom Jesus/SP.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/FICHA TÉCNICA (Sem Identificação):** das 17:30 hs do dia 24/05/2024 às 8:30 hs do dia 11/06/2024.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 09:00 hs do dia 11/06/2024.

**INÍCIO PREVISTO DA SESSÃO DE LANCES:** 11/06/2024 às 10:00 hs.

**Endereço eletrônico:** [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br)

**Critério de julgamento:** Menor preço por Lote

**Base de disputa:** preço por Lote

A Prefeitura do Município de Pirapora do Bom Jesus – SP., torna público, por meio da utilização dos recursos da tecnologia da informação – INTERNET – torna público que fará realizar-se licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decretos Municipais n.º 6538/2004 e 6541/2024, IN SEGES 73/2022, no que couber e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e neste edital, que dele fazem parte integrante.

**OBJETO:** Registro de preços visando à contratação de empresa especializada para aquisição de Livros Didáticos Complementares com recursos híbridos para alunos e professores da Rede Municipal de Educação de Pirapora do Bom Jesus/SP.

## **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro com o Apoio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo através das Portarias 4247 e/ou 4248/2023, e mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br).

## **2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar do processo licitatório os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências e condições contidas neste Edital e seus Anexos.

2.2. A participação neste Pregão é aberta as empresas de todos os portes;



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

2.3. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrarem em uma ou mais situações abaixo discriminadas, em atendimento ao art. 14 da Lei 14.133, de 2021:

2.3.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilidade de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.3.1. A sanção de impedimento de licitar, disposta no Art. 156, III da Lei 14.133/2021, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado à sanção;

2.3.3.2. A sanção de declaração de inidoneidade, disposta no Art. 156, IV da Lei 14.133/2021, impedirá o responsável de licitar no âmbito da Administração direta e indireta de todos os entes federativos.

2.3.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos posteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

### **3. DA AQUISIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS**

3.1 O presente Edital e seus anexos encontram-se à disposição, para consulta de qualquer interessado, na sede administrativa do Município de Pirapora do Bom Jesus, junto ao Departamento de Licitações durante o período de publicação, de segunda à sexta das 09h às 16h30min.

3.2. O Edital poderá ser obtido, gratuitamente, por meio da página oficial do Município de Pirapora do Bom Jesus na internet, no endereço eletrônico [www.piraporadobomjesus.sp.gov.br](http://www.piraporadobomjesus.sp.gov.br), bem como por meio do site da [www.novobmnet.com.br](http://www.novobmnet.com.br) e no **PNCP**.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

3.3 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, por meio do Sistema de (licitações) do [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br)

3.4 Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Pirapora do Bom Jesus, formalmente designado através das Portarias Municipais 4247 e/ou 4248/2023, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br)

#### **4. LOCAL, DO PRAZO DE EXECUÇÃO.**

4.1. Até 10 (dez) dias para entrega do produto após assinatura da ordem de serviço.

4.2 Praça dos Poderes Municipais, s/n – Almoxarifado Municipal – Centro – Pirapora do Bom Jesus – SP – CEP 06550-000.

#### **5. DA FORMA DE PAGAMENTO**

5.1. Até 30 (trinta) dias para pagamento á partir da emissão respectiva nova fiscal.

5.2. No corpo da Nota Fiscal deverá estar devidamente discriminado os seguintes dizeres:

*“Ata n°.../2024*

*Pregão Eletrônico n° .... /2024*

*Processo n° 0273 /2024*

**Objeto:** Registro de preços visando a contratação de empresa especializada para aquisição de Livros Didáticos Complementares com recursos híbridos para alunos e professores da Rede Municipal de Educação de Pirapora do Bom Jesus/SP.

5.3. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida á licitante para as devidas correções.

5.3.1. Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo de pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.4. As certidões exigidas no item 12.b referente à regularidade fiscal deverão ser apresentadas juntamente a cada nota fiscal emitida para comprovação de que a contratada/detentora mantenha as mesmas condições de habilitação para fins de pagamento.

5.5. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, indicará correção monetária sobre o valor devido pelo IPCA, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *prorata tempore*, em relação ao atraso verificado.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

**6. DOTAÇÃO:** As despesas com as contratações serão oneradas por conta da seguinte indicação e dotação orçamentária:

*RECURSO PRÓPRIO*

**7. CREDENCIAMENTO**

7.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados que desejarem participar do Pregão deverão se cadastrar no [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br) para obtenção do login de usuário e senha pessoal (intransferíveis).

7.2. O login de usuário e a senha poderão ser utilizados em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Prefeitura do Município de Pirapora do Bom Jesus, devidamente justificada.

7.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário do sistema o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, NÃO cabendo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos seus atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7.5. Para efeito de concessão de tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, a licitante deverá cadastrar eletronicamente essa condição.

7.6. Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda dos negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.7. No caso de desconexão o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando ao Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame sem prejuízo dos demais atos já praticados.

7.8. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa, retornando somente após comunicação expressa as licitantes.

**8. DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

8.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário e valor total.

b) Inserir no sistema juntamente a proposta de preços, para análise do atendimento as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

8.2 .Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**Cidade dos Romeiros**

8.3 O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ou superior ao previsto para contratação.

8.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do serviço.

8.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, à cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.8 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

8.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e demais anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

8.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

8.12 O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal "[www.novobmnet.com.br](http://www.novobmnet.com.br)", que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

8.13 Por força da legislação vigente, **é vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.**



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

## **9 – DA PARTICIPAÇÃO**

### **9.1 Da abertura das propostas e formulação de lances:**

9.1.1 A partir do horário previsto no sistema eletrônico, a sessão pública do Pregão Eletrônico terá início com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro com apoio da Equipe de Apoio a avaliar a aceitabilidade delas.

9.1.2 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

9.1.3 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até o horário limite previsto na pagina 01.

9.1.4 Serão desclassificadas as propostas:

- I. Contiver vícios insanáveis;
- II. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. Apresentar preços inexequíveis, conforme previsto na Lei n.º 14.133/2021, ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

9.3. Aberta à etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário da contratação.

9.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.6. O licitante somente poderá oferecer lance *de* valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1% (um por cento)*.

9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

9.9. O envio de lances no presente pregão eletrônico será no modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- a) A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- b) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- c) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- d) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), antes da fase de negociação, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- e) Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.10 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.11 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.12 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.13 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.15 Em relação à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto Federal nº 8.538, de 2015.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

- a) Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- b) A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- c) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.16 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- a) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- b) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- c) O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- d) O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
- e) É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de fim o prazo.

9.17. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.





**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

## 10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNJ;
- d) Consulta de Apenados Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – SP – TCESP;
- e) Consulta ao Ministério do Trabalho e Emprego (Anexo I, letra “h”).

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- I. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- II. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação
- III. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

10.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme previsto no Art. 40 do Decreto Municipal 6.541/2024.

10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.7 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- I. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- II. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **11. FASE DE HABILITAÇÃO**

11.1. Os documentos previstos no item 12 do edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, no prazo máximo de 02 (duas) horas após solicitados via Chat.

11.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

11.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021), Anexo III (conjunta).

I - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, Anexo III (conjunta).

II - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, Anexo III (conjunta).

11.4. A habilitação será verificada por meio eletrônico.

11.5 São de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

I - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

II - A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

III - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do edital somente serão conferidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

IV - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

11.7. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio poderão sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11.9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **12. HABILITAÇÃO:**

### **a) HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a.1) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- a.2) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- a.3) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- a.4) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- a.5) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

### **b) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- b.1) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- b.2) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- b.3) Certidão negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa de Tributos Estaduais relativos ao ICMS;
- b.3.1) Será exigida comprovação somente sobre débitos inscritos em dívida ativa;
- b.4) Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou do domicílio do licitante, com relação aos tributos mobiliários (ISS);
- b.5) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b.6) Certidão Negativa ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas.

### **c) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

c.7.1) Certidão negativa de falência e concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 90 (noventa) dias, da data limite para o recebimento das propostas da presente licitação;

c.7.2). Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

**12.1. DECLARAÇÕES GERAIS**, consistente em:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme Art.63, § 1º da Lei 14.133, de 2021 (declaração conjunta - Anexo III).

b) declarar a superveniência de fato impeditivo para a habilitação no certame ou redução na sua capacidade financeira, que venha a afetar as exigências contidas nesta licitação (declaração conjunta - anexo III).

c) que não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no cadastro de fornecedores de quaisquer órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta (declaração conjunta - Anexo III).

d) não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e no inciso VI, do art. 68, da Lei 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 (declaração conjunta – Anexo III);

e) cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, conforme orientado pelo art. 63, inciso IV da Lei 14.133, de 2021 (declaração conjunta - Anexo III).

f) não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis (declaração conjunta - Anexo III).

g) está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital (declaração conjunta – Anexo III);

h) tem à disposição os equipamentos adequados e suficientes para realização dos serviços objeto da presente licitação (declaração conjunta - Anexo III);

i) Declaração de elaboração de elaboração independente de proposta e a atuação conforme ao Marco Legal Anticorrupção, conforme Anexo IV.

12.1.2 . Para fins de se valer das vantagens previstas na Lei Complementar nº 123/2006, as empresas



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverão apresentar declaração de enquadramento, conforme Anexo V.

### **13. RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas e/ou habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação (mediante Chat da Plataforma ou outro meio de comunicação).

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, via “Chat/Plataforma” após o Julgamento da Fase “PROPOSTA”, sob pena de preclusão;

II – a intenção de recorrer previsto no inciso “I” não suspenderá o certame, salvo sob diligência do(a) Pregoeiro(a);

III – a apreciação dar-se-á em **fase única**, sendo assim, o prazo para a manifestação da intenção de recorrer após o julgamento da fase “HABILITAÇÃO” não será inferior a 30 (trinta) minutos, sendo determinado pelo(a) Pregoeiro(a) via Chat/Plataforma.

IV - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação (mediante Chat da Plataforma ou outro meio de comunicação).

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, e terá início na data de intimação (mediante Chat da Plataforma ou outro meio de comunicação), assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **[www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br)**



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

13.11. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.3. O termo poderá ser assinado por meio de assinatura digital, com prazo de duração de 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.4. Serão formalizados tantas Atas quantos forem necessários para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.5. O preço, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata.

14.6. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.7. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nos termos do art. 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

14.8. Em caso de prorrogação da vigência da Ata, os preços poderão ser reajustados conforme o índice de reajustamento IPCA, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

14.9 O regime de execução, os modelos de gestão, fiscalização e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a esta Ata.

## **15- DA EXECUÇÃO**

15.1. A entrega dos bens será realizada por demanda/necessidade, de segunda a sexta feira, das 08h00min às 16h00min.

15.2. Correrão por conta da detentora todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como despesas de embalagem, seguros, transportes, tributos e encargos trabalhistas, e quaisquer outras que possam incidir para o cumprimento do contrato.

15.3. O recebimento dar-se-á somente se os produtos estiverem de acordo com as exigências e dentro das especificações descritas no objeto.

15.4. No caso de considerada insatisfatória as condições do objeto recebido provisoriamente, serão lavradas termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser recolhido e substituído em 01 dia após notificação, sem que gere ônus a contratante.

15.5. Os produtos deverão ser entregues novos, devidamente embalados e em perfeitas condições de uso.

## **16. PENALIDADES**

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a gente de contratação durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d. deixar de apresentar amostra;

e. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

IV. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. fraudar a licitação;

VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:





**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

- a. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

VIII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

16.3.2 as peculiaridades do caso concreto

16.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

16.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

16.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

16.5. Para as infrações previstas nos itens I, II e III, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.6. Para as infrações previstas nos itens IV, V, VI, VII e VIII, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens I, II e III.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

16.10. Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens IV, V, VI, VII e VIII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item III, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

16.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **17 INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS A RESPEITO DA LICITAÇÃO:**

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, pelos seguintes meios:

- a. De forma eletrônica no campo próprio do sistema no endereço eletrônico [www.novobmmnet.com.br](http://www.novobmmnet.com.br).
- b. De forma eletrônica via e-mail no endereço eletrônico: [licitacoes.pirapora@gmail.com](mailto:licitacoes.pirapora@gmail.com)
- c. De forma presencial por meio de petição que será endereçada à autoridade subscritora do Edital, o seu protocolo poderá ser realizado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, sito a Praça dos Poderes Municipais, 57, Centro, Pirapora do Bom Jesus SP.

17.4 A petição será instruída com os seguintes documentos e informações:

a-) cópia do ato constitutivo da pessoa jurídica impugnante, bem como de instrumento de procuração com outorga de poderes específicos para solicitar esclarecimentos, providência ou impugnação, desde que o representante em tais pedidos não constem do ato constitutivo ou de ata de eleição e/ou nomeação e/ou designação de seu representante legal;

b-) cópia do Registro Geral na Secretaria de Segurança Pública do Estado (RG) e do Cadastro de Pessoa Física no Ministério da Fazenda (CPF), caso o impugnante seja pessoa física;

c-) documentos que fundamentem os seus argumentos, desde que compreendam como necessários para a resposta do pedido formulado;

d-) cópia do comprovante de endereço completo, bem como informação do número de telefone/fax e e-mail, a fim de possibilitar a comunicação tempestiva da decisão administrativa

17.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

18.1. Aplica-se a presente licitação as seguintes disposições gerais:

18.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

18.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.11 – Fazem parte integrante deste Edital

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III - Declarações Conjunta;

Anexo IV – Declaração de Anticorrupção;

Anexo V – Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação;

Anexo VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo VII – Decreto IR

**19. FORO:** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da cidade de Santana de Parnaíba – SP.

E para que ninguém alegue ignorância, vai o presente edital publicado no site do Município de Pirapora do Bom Jesus - SP., bem como, publicada na Imprensa Oficial do Município, no Diário Oficial do Estado, em jornal de Grande circulação na região, no Portal Nacional de Contratações Públicas, e Diário Oficial da União (quando necessário for), conforme determina o artigo 54, da Lei Federal nº 14.133/2021.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**Cidade dos Romeiros**

Pirapora do Bom Jesus, 15 de Maio de 2024.

**DANY WILIAN FLORESTI**

**Prefeito Municipal**



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

**ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Informações Básicas**

**Livros Didáticos Complementares com recursos híbridos para alunos e professores da Rede Municipal de Educação de Pirapora do Bom Jesus.**

**1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Os livros didáticos complementares desempenham um papel importante na educação de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em diversos sistemas educacionais ao redor do mundo.

**Dentre os benefícios auferidos, podemos destacar:**

**Diversificação de Conteúdo:** Os livros didáticos complementares oferecem uma variedade de conteúdos e perspectivas que podem enriquecer o currículo escolar. Eles permitem que os alunos explorem tópicos além do que é estritamente definido no currículo principal, ampliando seu conhecimento e compreensão do mundo;

**Atendimento à Diversidade:** Os livros complementares podem ser usados para atender às necessidades de aprendizado de diferentes grupos de alunos, incluindo aqueles com interesses especiais, talentos ou necessidades específicas. Eles ajudam a personalizar a educação para garantir que todos os alunos recebam uma educação inclusiva e equitativa;

**Estímulo à Leitura:** Oferecer uma variedade de livros didáticos, incluindo os complementares, pode incentivar o hábito da leitura entre os alunos. Essa prática não apenas ajuda no desenvolvimento das habilidades de leitura, mas também promove a criatividade, a curiosidade e a capacidade de análise crítica;

**Contextualização e Atualização:** Os livros complementares podem fornecer informações atualizadas e contextuais sobre tópicos específicos. Isso é especialmente importante em áreas sujeitas a mudanças rápidas, como ciência, tecnologia e cultura;

**Promoção da Interdisciplinaridade:** Os livros complementares podem ser usados para promover a abordagem interdisciplinar, permitindo que os alunos explorem conexões entre diferentes áreas do conhecimento. Isso ajuda a desenvolver uma compreensão mais holística e integrada do mundo;

**Enriquecimento Cultural:** Eles também podem enriquecer a experiência cultural dos alunos, apresentando literatura, história, arte e perspectivas de diferentes culturas e épocas;



## **Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**

**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Cidade dos Romeiros**

**Flexibilidade Pedagógica:** Os livros complementares oferecem flexibilidade aos professores, permitindo que adaptem o ensino às necessidades e interesses dos alunos. Eles podem ser usados para enriquecer as atividades em sala de aula, projetos de pesquisa ou estudos independentes.

É importante observar que a BNCC traz nas suas competências gerais tópicos sobre a utilização da tecnologia na educação.

**Competência 4.** Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

**Competência 5.** Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Dentro destes aspectos, o uso de conteúdo híbrido, que combina a utilização de livros e tecnologia, tem se tornado cada vez mais relevante na educação, tanto no Brasil quanto em muitos outros países.

### **Podemos elencar os seguintes aspectos:**

**Acesso a Recursos Diversificados:** A integração de recursos interativos pode enriquecer o ambiente de aprendizado, proporcionando acesso a uma ampla variedade de materiais, como vídeos, simulações interativas, jogos educacionais, gamificação educacional e muito mais;

**Personalização da Aprendizagem:** Com o conteúdo híbrido, os educadores podem personalizar o ensino de acordo com as necessidades e estilos de aprendizado dos alunos, fornecendo materiais adicionais para aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos ou fornecendo apoio adicional para aqueles que precisam de reforço;

**Preparação para o Futuro:** O uso de tecnologia e conteúdo gamificado prepara os alunos para a sociedade digital em constante evolução, onde a habilidade de acessar e avaliar informações é crucial;

**Inclusão Digital:** O conteúdo híbrido pode ajudar a promover a inclusão digital ao ensinar aos alunos como usar ferramentas digitais de forma responsável e eficaz;

**Aprendizado Colaborativo:** Conteúdos gamificados interativos também permitem a colaboração entre alunos, o que pode enriquecer a experiência de aprendizado, tornando as atividades mais significativas.

### **Alinhamento com as necessidades pedagógicas da Rede Municipal de Educação**



# **Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**

## **ESTADO DE SÃO PAULO**

### **Cidade dos Romeiros**

Dentro das necessidades pedagógicas da nossa rede de educação foram analisados diversos materiais e selecionados alguns dos livros da Editora Multimídia Educacional, cujas características atendem os requisitos educacionais que estão alinhados aos anseios de nossos professores e às necessidades dos nossos alunos. Destacamos a seguir os principais diferenciais dos materiais:

Os livros possuem conteúdos gamificados interativos que enriquecem a experiência de aprendizado, tornando as atividades mais significativas, alinhadas com os anseios dos alunos, verdadeiros nativos digitais;

Os livros possuem conteúdo híbrido que ajuda a promover a inclusão digital ao ensinar aos alunos como usar ferramentas digitais de forma responsável e eficaz;

Os livros possuem conteúdo gamificado prepara os alunos para a sociedade digital em constante evolução, onde a habilidade de acessar e avaliar informações é crucial;

Os livros permitem o uso de recursos interativos que enriquecem o ambiente de aprendizado, proporcionando acesso a uma ampla variedade de materiais, como vídeos, jogos educacionais, gamificação educacional;

Os livros estão alinhados com a Competência 5 da BNCC, ou seja, ajudam a compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva;

Os livros promovem a flexibilidade pedagógica, pois são complementares aos materiais tradicionais, permitindo que adaptem o ensino às necessidades e interesses dos alunos. Eles podem ser usados para enriquecer as atividades em sala de aula, projetos de pesquisa ou estudos independentes.

Os livros promovem abordagem interdisciplinar, permitindo que os alunos explorem conexões entre diferentes áreas do conhecimento. Isso ajuda a desenvolver uma compreensão mais holística e integrada do mundo;

Os livros promovem o estímulo à leitura, com variedade de títulos que incentivam o hábito da leitura entre os alunos. Essa prática não apenas ajuda no desenvolvimento das habilidades de leitura, mas também promove a criatividade, a curiosidade e a capacidade de análise crítica;

Os livros oferecem uma variedade de conteúdos e perspectivas que podem enriquecer o currículo escolar. Eles permitem que os alunos explorem tópicos além do que é estritamente definido no currículo principal, ampliando seu conhecimento e compreensão do mundo.

## **2.DA PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO**

Considerando que o município de Pirapora do Bom Jesus possui uma população de 18.370 mil habitantes (IBGE 2022), e portanto, ainda não elaborou o seu PAC (Plano Anual de Contratação), contudo vem trabalhando junto aos órgãos e secretarias municipais para sua implementação.





**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os livros deverão possuir miolo impresso em 4 cores, em papel offset de gramatura mínima de 75 gr./m<sup>2</sup> e com as capas em 4 cores em papel cartão branco de gramatura mínima de 240 gr./m<sup>2</sup>, devendo estar em tamanho aproximado A4.

A impressão dos livros deverá estar dentro das normas técnicas e apresentar a qualidade necessária para uso dos alunos.

### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS E OS VALORES MÉDIOS

Estima-se a seguir a quantidade a ser adquirida, e apresenta-se a média dos orçamentos coletados:

ITEM	PRODUTO: LIVRO DIDÁTICO	VALOR UNITÁRIO	QUANT.	VALOR TOTAL
01	Produção de Texto – Gênero: Legenda	R\$ 96,56	1.550	R\$ 149.668,00
02	Produção de Texto – Gênero: Diário	R\$ 96,96	1.550	R\$ 150.288,00
03	Produção de Texto – Gênero: Memórias Literárias	R\$ 97,03	1.550	R\$ 150.396,50
04	Produção de Texto – Gênero: Carta	R\$ 96,56	1.550	R\$ 149.668,00
05	Produção de Texto – Gênero: Receita	R\$ 96,96	1.550	R\$ 150.288,00
06	Produção de Texto – Gênero: Bilhete	R\$ 96,63	1.550	R\$ 149.776,50
07	Produção de Texto – Gênero: Relato Pessoal	R\$ 96,96	1.550	R\$ 150.288,00
08	Ortografias Regulares Diretas (Letra e Som) – Vol.1	R\$ 86,13	1.550	R\$ 133.501,50
09	Ortografias Regulares Contextuais – Volume 2	R\$ 86,13	1.550	R\$ 133.501,50
10	Ortografias Regulares Contextuais – Volume 3	R\$ 86,40	1.550	R\$ 133.920,00
11	Ortografias Regulares Contextuais – Volume 4	R\$ 86,43	1.550	R\$ 133.966,50
12	Ortografias Regulares Morfológicas – Volume 5	R\$ 87,13	1.550	R\$ 135.051,50
13	Ortografias Irregulares – Volume 6	R\$ 86,60	1.550	R\$ 134.230,00
14	Meio Ambiente – Alfabetização e Letramento	R\$ 78,13	1.550	R\$ 121.101,50
15	Higiene Bucal – Alfabetização e Letramento	R\$ 78,13	1.550	R\$ 121.101,50
16	Primeiros Socorros – Produção Textual	R\$ 78,13	1.550	R\$ 121.101,50
17	Alimentação Saudável – Competência Leitora	R\$ 78,13	1.550	R\$ 121.101,50
18	Consciência Negra – Produção Textual	R\$ 77,76	1.550	R\$ 120.528,00



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Cidade dos Romeiros**

19	Trânsito – Competência Leitora	R\$ 77,76	1.550	R\$ 120.528,00
20	Diversidade Cultural – Produção Textual	R\$ 77,76	1.550	R\$ 120.528,00
21	Convivência em Sociedade – Alfabetização e Letramento	R\$ 77,76	1.550	R\$ 120.528,00
22	Direitos e Deveres das Crianças – Alfabetização e Letramento	R\$ 77,76	1.550	R\$ 120.528,00
23	Contos – Chapeuzinho Vermelho – Competência Leitora	R\$ 77,76	1.550	R\$ 120.528,00
24	Contos – Os três Porquinhos – Competência Leitora	R\$ 77,76	1.550	R\$ 120.528,00
25	Contos – Doroti e seus Amigos na Terra de Oz – Comp Leitora	R\$ 77,76	1.550	R\$ 120.528,00
26	Contos – Patinho Feio – Competência	R\$ 77,76	1.550	R\$ 120.528,00
27	Contos – João e o Pé de Feijão – Competência Letora	R\$ 77,76	1.550	R\$ 120.528,00
28	Educação Musical – Educação Infantil 4 anos – Aluno	R\$ 261,93	300	R\$ 78.579,00
29	Educação Musical – Educação Infantil 4 anos – Professor	R\$ 268,30	40	R\$ 10.732,00
30	Educação Musical – Educação Infantil 5 anos – Aluno	R\$ 256,26	300	R\$ 76.878,00
31	Educação Musical – Educação Infantil 5 anos – Professor	R\$ 268,30	40	R\$ 10.732,00
32	Educação Musical – 1º Ano do Fundamental – Aluno	R\$ 256,26	320	R\$ 82.003,20
33	Educação Musical – 1º Ano do Fundamental – Professor	R\$ 268,30	40	R\$ 10.732,00
34	Educação Musical – 2º Ano do Fundamental – Aluno	R\$ 256,26	270	R\$ 69.190,20
35	Educação Musical – 2º Ano do Fundamental – Professor	R\$ 268,30	40	R\$ 10.732,00
36	Educação Musical – 3º Ano do Fundamental – Aluno	R\$ 256,26	350	R\$ 89.691,00
37	Educação Musical – 3º Ano do Fundamental – Professor	R\$ 268,30	40	R\$ 10.732,00
38	Educação Musical – 4º Ano do Fundamental – Aluno	R\$ 256,26	310	R\$ 79.440,60
39	Educação Musical – 4º Ano do Fundamental – Professor	R\$ 268,30	40	R\$ 10.732,00
40	Educação Musical – 5º Ano do Fundamental – Aluno	R\$ 256,26	340	R\$ 87.128,40
41	Educação Musical – 5º Ano do Fundamental – Professor	R\$ 268,30	40	R\$ 10.732,00
42	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 1º ano – Vol. 1	R\$ 267,50	320	R\$ 85.600,00
43	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 1º Ano – Vol. 2	R\$ 267,50	320	R\$ 85.600,00
44	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 2º Ano – Vol. 1	R\$ 267,50	270	R\$ 72.225,00
45	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 2º Ano – Vol. 2	R\$ 267,50	270	R\$ 72.225,00
46	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 3º Ano – Vol. 1	R\$ 267,50	350	R\$ 93.625,00
47	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 3º Ano – Vol. 2	R\$ 267,50	350	R\$ 93.625,00



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Cidade dos Romeiros**

48	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 4º Ano – Vol. 1	R\$ 267,50	310	R\$ 82.925,00
49	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 4º Ano – Vol. 2	R\$ 267,50	310	R\$ 82.925,00
50	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 5º Ano – Vol. 1	R\$ 267,50	340	R\$ 90.950,00
51	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 5º Ano – Vol. 2	R\$ 267,50	340	R\$ 90.950,00
52	Desafio Educacional IDEB Matemática – 1º Ano – Volume 1	R\$ 254,36	320	R\$ 81.395,20
53	Desafio Educacional IDEB Matemática – 1º Ano – Volume 2	R\$ 254,36	320	R\$ 81.395,20
54	Desafio Educacional IDEB Matemática – 2º Ano – Volume 1	R\$ 254,36	270	R\$ 68.677,20
55	Desafio Educacional IDEB Matemática – 2º Ano – Volume 2	R\$ 254,36	270	R\$ 68.677,20
56	Desafio Educacional IDEB Matemática – 3º Ano – Volume 1	R\$ 254,36	350	R\$ 89.026,00
57	Desafio Educacional IDEB Matemática – 3º Ano – Volume 2	R\$ 254,36	350	R\$ 89.026,00
58	Desafio Educacional IDEB Matemática – 4º Ano – Volume 1	R\$ 254,36	310	R\$ 78.851,60
59	Desafio Educacional IDEB Matemática – 4º Ano – Volume 2	R\$ 254,36	310	R\$ 78.851,60
60	Desafio Educacional IDEB Matemática – 5º Ano – Volume 1	R\$ 254,36	340	R\$ 86.482,40
61	Desafio Educacional IDEB Matemática – 5º Ano – Volume 2	R\$ 254,36	340	R\$ 86.482,40



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

Estimativa do Valor da Contratação (GLOBAL-REFERÊNCIA).

**Valor: R\$ 5.841.779,20 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e hum mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte centavos).**

### 5.LEVANTAMENTO DE MERCADO

Levantamento de Mercado foi efetuado através de e-mail, conforme solicitações emitidas e as respostas dos fornecedores. Os valores médios estão descritos a seguir.

Em nossa pesquisa apuramos que a Multimídia Educacional “é uma empresa de Educação Inovadora que atua no mercado B2B (business to business) através de parceiros/distribuidores” ([www.multimidiaeducacional.com.br](http://www.multimidiaeducacional.com.br)). Portanto, atuando como B2B (negócios entre empresas), a Editora Multimídia Educacional não vende diretamente para a área pública, possui dezenas de representantes e distribuidores, o que viabiliza a ampla concorrência e diversidade de fornecedores.

Apuramos, ainda, que é prática de mercado a indicação de Editora, Autor, Título e até mesmo o ISBN.

**Seguem-se alguns exemplos:**

Licitante	UF	Pregão	Objeto
Americana	SP	30-2023	Aquisição de livros paradidáticos para os alunos da rede municipal de ensino
Canoas	RS	74-2023	Registro de Preços de livros de literatura infantil
Estância Velha	RS	105-22	Aquisição de livros pedagógicos para as EMEF'S
Indaiatuba	SP	077-2022	Aquisição de livros de literatura e de apoio pedagógico
Ministério da Defesa - Aeronáutica - S. J. dos Campos	SP	65-2022	Aquisição de Livros para compor o acervo da Biblioteca do Instituto de Aeronáutica e Espaço
Renascença	PR	019-2023	Livros para o ensino fundamental e Educação Infantil
São Francisco do Brejão	MA	07-2022	Aquisição de livros didáticos para os alunos da rede de ensino municipal
Taubaté	SP	8223-2023	Aquisição de Livros do Projeto Cantando e Contando



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

## **6.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A aquisição destes exemplares é a melhor solução para fomentar o conhecimento e proporcionar aos professores recursos pedagógicos adequados às necessidades da nossa Rede Municipal de Educação.

## **7.JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

No presente caso, será realizada uma única compra para cada item. Por este motivo, não há necessidade de parcelamento para as aquisições dos livros.

## **8.AS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Não há providências a serem tomadas, tendo em vista que a Secretaria de Educação está preparada para receber estes materiais e utilizados adequadamente nas escolas.

## **9.CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não houve contratações semelhantes para o objeto deste processo.

## **10.POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Os materiais (livros) a serem adquiridos apresentam características de material permanente (durabilidade superior a dois anos, não é quebradiço, não é perecível, não é incorporável a outro bem, não se destina a transformação). Não acarreta impactos ambientais.

## **11.DESCRICÃO DE VIABILIDADE**

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

## **12.ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

Esta aquisição está alinhada com a Lei 1.082, de 24/07/2015, que dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação de Pirapora do Bom Jesus - 2015-2025.

**META 1 – 1.3** - Implantar avaliação da Educação Infantil com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, **os recursos pedagógicos**, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

**META 5 – 5.2** - **Identificar tecnologias educacionais** para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de **métodos e propostas pedagógicas**, bem como o acompanhamento dos resultados. **5.3** - Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, como o **conhecimento de novas tecnologias e educacionais e práticas pedagógicas inovadoras**.

**META 7 – 7.4** - Incentivar o **desenvolvimento de tecnologias educacionais e incentivar práticas pedagógicas inovadoras** que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de **métodos e propostas pedagógicas**, bem como o acompanhamento dos resultados.

## **13.BENEFICIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A COTRATAÇÃO**

Todos estes materiais que estão listados para aquisição foram motivo de análise e apresentaram os requisitos necessários ao atendimento dos objetivos pedagógicos da nossa Rede Municipal de Educação.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**Cidade dos Romeiros**

Estes materiais são importantes para o diálogo entre o mundo da leitura, tão necessário ao aprendizado, com o mundo digital, recurso essencial, cuja expectativa atende à visão e as necessidades dos estudantes do século 21.

**14.JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE**

Os estudos preliminares evidenciaram que a aquisição de novos exemplares de livros para comporem os materiais pedagógicos das escolas, objeto do presente processo, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

**Diante do exposto,** declara-se ser viável à aquisição pretendida.

**MARIA DE LOURDES DA COSTA SANTOS**

CPF nº CPF nº 067.783.928-60

**Supervisora de Ensino**

**REGINA LEMES DE ALMEIDA**

Fiscal da Ata CPF nº 124.987.018-69

**Supervisora de Ensino**



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

**ANEXO II**

**TERMO DE REFERENCIA**

**OBJETO:** Registro de preços visando a contratação de empresa especializada para aquisição de Livros Didáticos Complementares com recursos híbridos para alunos e professores da Rede Municipal de Educação de Pirapora do Bom Jesus/SP.

**JUSTIFICATIVA:** Os livros didáticos complementares desempenham um papel importante na educação de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em diversos sistemas educacionais ao redor do mundo. Dentre os seus benefícios podemos destacar:

1. Diversificação de Conteúdo: Os livros didáticos complementares oferecem uma variedade de conteúdos e perspectivas que podem enriquecer o currículo escolar. Eles permitem que os alunos explorem tópicos além do que é estritamente definido no currículo principal, ampliando seu conhecimento e compreensão do mundo;
2. Atendimento à Diversidade: Os livros complementares podem ser usados para atender às necessidades de aprendizado de diferentes grupos de alunos, incluindo aqueles com interesses especiais, talentos ou necessidades específicas. Eles ajudam a personalizar a educação para garantir que todos os alunos recebam uma educação inclusiva e equitativa;
3. Estímulo à Leitura: Oferecer uma variedade de livros didáticos, incluindo os complementares, pode incentivar o hábito da leitura entre os alunos. Essa prática não apenas ajuda no desenvolvimento das habilidades de leitura, mas também promove a criatividade, a curiosidade e a capacidade de análise crítica;
4. Contextualização e Atualização: Os livros complementares podem fornecer informações atualizadas e contextuais sobre tópicos específicos. Isso é especialmente importante em áreas sujeitas a mudanças rápidas, como ciência, tecnologia e cultura;
5. Promoção da Interdisciplinaridade: Os livros complementares podem ser usados para promover a abordagem interdisciplinar, permitindo que os alunos explorem conexões entre diferentes áreas do conhecimento. Isso ajuda a desenvolver uma compreensão mais holística e integrada do mundo;
6. Enriquecimento Cultural: Eles também podem enriquecer a experiência cultural dos alunos, apresentando literatura, história, arte e perspectivas de diferentes culturas e épocas;
7. Flexibilidade Pedagógica: Os livros complementares oferecem flexibilidade aos professores, permitindo que adaptem o ensino às necessidades e interesses dos alunos. Eles podem ser usados para enriquecer as atividades em sala de aula, projetos de pesquisa ou estudos independentes.

É importante observar que a BNCC traz nas suas competências gerais tópicos sobre a utilização da tecnologia na educação.

1. Competência 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
2. Competência 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Dentro destes aspectos, o uso de conteúdo híbrido, que combina a utilização de livros e tecnologia, tem se tornado cada vez mais relevante na educação, tanto no Brasil quanto em muitos outros países. Podemos elencar os seguintes aspectos:



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

1. **Acesso a Recursos Diversificados:** A integração de recursos interativos pode enriquecer o ambiente de aprendizado, proporcionando acesso a uma ampla variedade de materiais, como vídeos, simulações interativas, jogos educacionais, gamificação educacional e muito mais;
2. **Personalização da Aprendizagem:** Com o conteúdo híbrido, os educadores podem personalizar o ensino de acordo com as necessidades e estilos de aprendizado dos alunos, fornecendo materiais adicionais para aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos ou fornecendo apoio adicional para aqueles que precisam de reforço;
3. **Preparação para o Futuro:** O uso de tecnologia e conteúdo gamificado prepara os alunos para a sociedade digital em constante evolução, onde a habilidade de acessar e avaliar informações é crucial;
4. **Inclusão Digital:** O conteúdo híbrido pode ajudar a promover a inclusão digital ao ensinar aos alunos como usar ferramentas digitais de forma responsável e eficaz;
5. **Aprendizado Colaborativo:** Conteúdos gamificados interativos também permitem a colaboração entre alunos, o que pode enriquecer a experiência de aprendizado, tornando as atividades mais significativas.

**LISTA DE LIVROS DIDÁTICOS COMPLEMENTARES**

ITEM	LIVRO	ISBN	INDICAÇÃO
01	Produção de Texto – Gênero: Legenda	978-65-5528-104-0	Ensino Fundamental
02	Produção de Texto – Gênero: Diário	978-65-5528-097-5	Ensino Fundamental
03	Produção de Texto – Gênero: Memórias Literárias	978-65-5528-103-3	Ensino Fundamental
04	Produção de Texto – Gênero: Carta	978-65-5528-094-4	Ensino Fundamental
05	Produção de Texto – Gênero: Receita	978-65-5528-101-9	Ensino Fundamental
06	Produção de Texto – Gênero: Bilhete	978-65-5528-092-0	Ensino Fundamental
07	Produção de Texto – Gênero: Relato Pessoal	978-65-5528-100-2	Ensino Fundamental
08	Ortografias Regulares Diretas (Letra e Som)- Volume 1	978-65-5528-057-9	Ensino Fundamental
09	Ortografias Regulares Contextuais – Volume 2	978-65-5528-061-6	Ensino Fundamental
10	Ortografias Regulares Contextuais – Volume 3	978-65-5528-059-3	Ensino Fundamental
11	Ortografias Regulares Contextuais – Volume 4	978-65-5528-052-4	Ensino Fundamental
12	Ortografias Regulares Morfológicas – Volume 5	978-65-5528-063-0	Ensino Fundamental
13	Ortografias Irregulares – Volume 6	978-65-5528-058-6	Ensino Fundamental
14	Meio Ambiente – Alfabetização e Letramento	978-65-5528-030-2	Ensino Fundamental
15	Higiene Bucal – Alfabetização e Letramento	978-65-5528-023-4	Ensino Fundamental
16	Primeiros Socorros – Produção Textual	978-65-5528-037-1	Ensino Fundamental
17	Alimentação Saudável – Competência Leitora	978-65-5528-174-3	Ensino Fundamental
18	Consciência Negra – Produção Textual	978-65-5528-039-5	Ensino Fundamental
19	Trânsito – Competência Leitora	978-65-5528-024-1	Ensino Fundamental
20	Diversidade Cultural – Produção Textual	978-65-5528-038-8	Ensino Fundamental
21	Convivência em Sociedade – Alfabetização e Letramento	978-65-5528-027-2	Ensino Fundamental





**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Cidade dos Romeiros**

22	Direitos e Deveres das Crianças – Alfabetização e Letramento	978-65-5528-007-4	Ensino Fundamental
23	Contos – Chapeuzinho Vermelho – Competência Leitora	978-65-5528-029-6	Ensino Fundamental
24	Contos – Os três Porquinhos – Competência Leitora	978-65-5528-021-0	Ensino Fundamental
25	Contos – Doroti e seus Amigos na Terra de Oz – Competência Leitora	978-65-5528-040-1	Ensino Fundamental
26	Contos – Patinho Feio – Competência	978-65-5528-035-7	Ensino Fundamental
27	Contos – João e o Pé de Feijão – Competência Leitora	978-65-5528-022-7	Ensino Fundamental
28	Educação Musical – Educação Infantil 4 anos – Aluno	978-65-5528-071-5	Educação Infantil
29	Educação Musical – Educação Infantil 4 anos – Professor	978-65-5528-080-7	Educação Infantil
30	Educação Musical – Educação Infantil 5 anos – Aluno	978-65-5528-072-2	Educação Infantil
31	Educação Musical – Educação Infantil 5 anos – Professor	978-65-5528-067-8	Educação Infantil
32	Educação Musical – 1º Ano do Fundamental – Aluno	978-65-5528-078-4	Ensino Fundamental
33	Educação Musical – 1º Ano do Fundamental – Professor	978-65-5528-082-1	Ensino Fundamental
34	Educação Musical – 2º Ano do Fundamental – Aluno	978-65-5528-076-0	Ensino Fundamental
35	Educação Musical – 2º Ano do Fundamental – Professor	978-65-5528-074-6	Ensino Fundamental
36	Educação Musical – 3º Ano do Fundamental – Aluno	978-65-5528-087-6	Ensino Fundamental
37	Educação Musical – 3º Ano do Fundamental – Professor	978-65-5528-086-9	Ensino Fundamental
38	Educação Musical – 4º Ano do Fundamental – Aluno	978-65-5528-068-5	Ensino Fundamental
39	Educação Musical – 4º Ano do Fundamental – Professor	978-65-5528-069-2	Ensino Fundamental
40	Educação Musical – 5º Ano do Fundamental – Aluno	978-65-5528-079-1	Ensino Fundamental
41	Educação Musical – 5º Ano do Fundamental – Professor	978-65-5528-070-8	Ensino Fundamental
42	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 1º Ano – Volume 1	978-65-5528-176-7	Ensino Fundamental



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

43	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 1º Ano – Volume 2	978-65-5528-150-7	Ensino Fundamental
44	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 2º Ano – Volume 1	978-65-5528-167-5	Ensino Fundamental
45	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 2º Ano – Volume 2	978-65-5528-158-3	Ensino Fundamental
46	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 3º Ano – Volume 1	978-65-5528-152-1	Ensino Fundamental
47	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 3º Ano – Volume 2	978-65-5528-187-3	Ensino Fundamental
48	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 4º Ano – Volume 1	978-65-5528-162-0	Ensino Fundamental
49	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 4º Ano – Volume 2	978-65-5528-164-4	Ensino Fundamental
50	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 5º Ano – Volume 1	978-65-5528-160-6	Ensino Fundamental
51	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 5º Ano – Volume 2	978-65-5528-145-3	Ensino Fundamental
52	Desafio Educacional IDEB Matemática – 1º Ano – Volume 1	978-65-5528-168-2	Ensino Fundamental
53	Desafio Educacional IDEB Matemática – 1º Ano – Volume 2	978-65-5528-186-6	Ensino Fundamental
54	Desafio Educacional IDEB Matemática – 2º Ano – Volume 1	978-65-5528-154-5	Ensino Fundamental
55	Desafio Educacional IDEB Matemática – 2º Ano – Volume 2	978-65-5528-185-9	Ensino Fundamental
56	Desafio Educacional IDEB Matemática – 3º Ano – Volume 1	978-65-5528-133-0	Ensino Fundamental
57	Desafio Educacional IDEB Matemática – 3º Ano – Volume 2	978-65-5528-138-5	Ensino Fundamental
58	Desafio Educacional IDEB Matemática – 4º Ano – Volume 1	978-65-5528-184-2	Ensino Fundamental
59	Desafio Educacional IDEB Matemática – 4º Ano – Volume 2	978-65-5528-183-5	Ensino Fundamental
60	Desafio Educacional IDEB Matemática – 5º Ano – Volume 1	978-65-5528-163-7	Ensino Fundamental
61	Desafio Educacional IDEB Matemática – 5º Ano – Volume 2	978-65-5528-170-5	Ensino Fundamental

Os livros deverão possuir miolo impresso em 4 cores, em papel offset de gramatura mínima de 75 gr./m<sup>2</sup> e com as capas em 4 cores em papel cartão branco de gramatura mínima de 240 gr./m<sup>2</sup>, devendo estar em tamanho aproximado A4. A impressão dos livros deverá estar dentro das normas técnicas e apresentar a



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

qualidade necessária para uso dos alunos. Os livros dos professores deverão ser disponibilizados em PDF para utilização dos mesmos nos itens que não estão solicitados os livros dos professores de forma física. Deverão ser fornecidos em conjunto aos livros, sem valor adicional, os conteúdos digitais interativos que cada título possui e que possibilitam expandir a aprendizagem de forma lúdica e instigante. Tais conteúdos deverão estar em sintonia com a BNCC e deverão ficar disponível pelo prazo de um ano. Os conteúdos digitais interativos devem possuir as seguintes características mínimas e serem disponibilizados o acesso para os mesmos quantitativos dos livros:

- Deve permitir acesso através de código ou login e senha;
- Deve disponibilizar os conteúdos interativos com telas com recurso responsivo;
- Deve possuir atividades digitais interativas com funcionalidades de acerto ou erro com pontuação;
- Deve possuir atividades digitais interativas com funcionalidades de aumento e diminuição de fonte de letra;
- Deve possuir atividades digitais interativas com funcionalidades de bloqueio de som;
- Deve possuir atividades digitais interativas com funcionalidades de contraste normal, escala de cinza e alto contraste;
- Deve possuir atividades digitais interativas com funcionalidades de somatória da pontuação visível, com funcionalidades de somatória final de pontuação;
- Deve possuir atividades digitais interativas com funcionalidades de gravar o desempenho final;
- Deve possuir atividades digitais interativas com telas com conteúdo em texto e sua respectiva narração, quando adequado ao nível educacional do aluno;
- Deve disponibilizar os conteúdos digitais interativos com telas com atividades interativas de múltipla escolha de textos, múltipla escolha de imagens, preenchimento de lacuna, organizar sequências numéricas, reorganizar letras, sílabas, palavras;
- Deve possuir relatórios de utilização dos conteúdos digitais interativos para acompanhamento do desempenho e da aprendizagem.

A empresa vencedora obrigatoriamente disponibilizará prestação de serviço de formação e monitoramento para gestores e professores de acordo com a necessidade da Secretaria de Educação.

#### **APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS**

A empresa vencedora provisoriamente deverá apresentar em até 5 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao encerramento da etapa de lances da sessão pública, **01 (um) exemplar completo (capa e miolo) em arquivo digital e planilha contendo os títulos, ciclos e as BNCC aplicadas associadas com o login/senha para acesso a todos os conteúdos interativos dos livros, dos seguintes itens:**

ITEM	LIVRO	ISBN	INDICAÇÃO
31	Educação Musical – Educação Infantil 5 anos – Professor	978-65-5528-067-8	Educação Infantil
42	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 1º Ano – Volume 1	978-65-5528-176-7	Ensino Fundamental
58	Desafio Educacional IDEB Matemática – 4º Ano – Volume 1	978-65-5528-184-2	Ensino Fundamental

A não apresentação das amostras, dentro do prazo estabelecido ou o não atendimento as especificações deste Termo de Referência, implica a imediata desclassificação da licitante. A demonstração das amostras será analisada pela Secretaria de Educação e somente serão aceitas aquelas que forem totalmente compatíveis com as descrições constantes deste Termo de Referência.

#### **DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS**

A Secretaria de Educação indicará a sua equipe de coordenação pedagógica composta por três membros responsáveis pela análise das amostras no prazo de 5 (cinco) dias úteis da sua entrega na sede da Secretaria de Educação.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

Será analisado o material de acordo e dentro das habilidades previstas no BNCC (Base Nacional de Comum Curricular), objetivamente e justificadamente pela comissão.

**QUANTITATIVOS E PRECIFICAÇÃO**

ITEM	LIVRO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Produção de Texto – Gênero: Legenda	1.550		
02	Produção de Texto – Gênero: Diário	1.550		
03	Produção de Texto – Gênero: Memórias Literárias	1.550		
04	Produção de Texto – Gênero: Carta	1.550		
05	Produção de Texto – Gênero: Receita	1.550		
06	Produção de Texto – Gênero: Bilhete	1.550		
07	Produção de Texto – Gênero: Relato Pessoal	1.550		
08	Ortografias Regulares Diretas (Letra e Som)-Volume 1	1.550		
09	Ortografias Regulares Contextuais – Volume 2	1.550		
10	Ortografias Regulares Contextuais – Volume 3	1.550		
11	Ortografias Regulares Contextuais – Volume 4	1.550		
12	Ortografias Regulares Morfológicas – Volume 5	1.550		
13	Ortografias Irregulares – Volume 6	1.550		
14	Meio Ambiente – Alfabetização e Letramento	1.550		
15	Higiene Bucal – Alfabetização e Letramento	1.550		
16	Primeiros Socorros – Produção Textual	1.550		
17	Alimentação Saudável – Competência Leitora	1.550		
18	Consciência Negra – Produção Textual	1.550		
19	Trânsito – Competência Leitora	1.550		
20	Diversidade Cultural – Produção Textual	1.550		
21	Convivência em Sociedade – Alfabetização e Letramento	1.550		
22	Direitos e Deveres das Crianças – Alfabetização e Letramento	1.550		
23	Contos – Chapeuzinho Vermelho – Competência Leitora	1.550		
24	Contos – Os três Porquinhos – Competência Leitora	1.550		
25	Contos – Doroti e seus Amigos na Terra de Oz – Competência Leitora	1.550		



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Cidade dos Romeiros**

26	Contos – Patinho Feio – Competência	1.550		
27	Contos – João e o Pé de Feijão – Competência Leitora	1.550		
28	Educação Musical – Educação Infantil 4 anos - Aluno	300		
29	Educação Musical – Educação Infantil 4 anos – Professor	40		
30	Educação Musical – Educação Infantil 5 anos – Aluno	300		
31	Educação Musical – Educação Infantil 5 anos – Professor	40		
32	Educação Musical – 1º Ano do Fundamental – Aluno	320		
33	Educação Musical – 1º Ano do Fundamental – Professor	40		
34	Educação Musical – 2º Ano do Fundamental – Aluno	270		
35	Educação Musical – 2º Ano do Fundamental – Professor	40		
36	Educação Musical – 3º Ano do Fundamental – Aluno	350		
37	Educação Musical – 3º Ano do Fundamental – Professor	40		
38	Educação Musical – 4º Ano do Fundamental – Aluno	310		
39	Educação Musical – 4º Ano do Fundamental – Professor	40		
40	Educação Musical – 5º Ano do Fundamental – Aluno	340		
41	Educação Musical – 5º Ano do Fundamental – Professor	40		
42	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 1º Ano – Volume 1	320		
43	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 1º Ano – Volume 2	320		
44	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 2º Ano – Volume 1	270		
45	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 2º Ano – Volume 2	270		
46	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 3º Ano – Volume 1	350		
47	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 3º Ano – Volume 2	350		
48	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 4º Ano – Volume 1	310		
49	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 4º	310		



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

	Ano – Volume 2			
50	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 5º Ano – Volume 1	340		
51	Desafio Educacional IDEB Língua Portuguesa – 5º Ano – Volume 2	340		
52	Desafio Educacional IDEB Matemática – 1º Ano – Volume 1	320		
53	Desafio Educacional IDEB Matemática – 1º Ano – Volume 2	320		
54	Desafio Educacional IDEB Matemática – 2º Ano – Volume 1	270		
55	Desafio Educacional IDEB Matemática – 2º Ano – Volume 2	270		
56	Desafio Educacional IDEB Matemática – 3º Ano – Volume 1	350		
57	Desafio Educacional IDEB Matemática – 3º Ano – Volume 2	350		
58	Desafio Educacional IDEB Matemática – 4º Ano – Volume 1	310		
59	Desafio Educacional IDEB Matemática – 4º Ano – Volume 2	310		
60	Desafio Educacional IDEB Matemática – 5º Ano – Volume 1	340		
61	Desafio Educacional IDEB Matemática – 5º Ano – Volume 2	340		

**Valor Global da proposta: R\$**

**Validade da Proposta: 90 dias**

**Dolores de Oliveira**  
**Secretária Municipal de Educação**  
**Gestora da Ata**



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

**ANEXO III**

**DECLARAÇÕES CONJUNTA**

**Pregão Eletrônico nº**

**Processo nº 273/2024.**

**Objeto:** Registro de preços visando à contratação de empresa especializada para aquisição de Livros Didáticos Complementares com recursos híbridos para alunos e professores da Rede Municipal de Educação de Pirapora do Bom Jesus/SP.

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante \_\_\_\_\_ (nome empresarial), representada por \_\_\_\_\_, com endereço \_\_\_\_\_, DECLARA:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) declarar a superveniência de fato impeditivo para a habilitação no certame ou redução na sua capacidade financeira, que venha a afetar as exigências contidas nesta licitação;
- c) que não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no cadastro de fornecedores de quaisquer órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta.
- d) não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e no inciso V, do art. 68, da Lei 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999;
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme orientado pelo art. 92, inciso XVII da Lei 14.133, de 2021.
- e) não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;
- f) tem à disposição os equipamentos adequados e suficientes para realização dos serviços objeto da presente licitação.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**Cidade dos Romeiros**

g) está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

h) que como pessoa física ou jurídica, nos 5 (cinco) anos posteriores à divulgação deste edital, NÃO tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Local e data

---

Nome e assinatura do representante legal





**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO**

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (nome empresarial), participante do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Local e data

---

Nome e assinatura do representante legal



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

\_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_ e  
Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a)  
Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade  
nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para  
qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) e que no ano calendário  
ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valore somados  
extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno  
porte, pretendendo utilizar-se do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006,  
alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, estando ciente da penalidades cabíveis.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

**ANEXO VI**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ...../2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º ...../2024**

**PROCESSO N.º 273/2024**

**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAMA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ..... E A EMPRESA .....,  
VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA  
.....**

**PREÂMBULO**

Pela presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, de um lado o Município de ....., inscrito ....., neste ato representada pelo seu Secretário Municipal, brasileiro, casado, portador do RG n.º..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliada na Rua....., n.º. ...., Bairro ..... –..... CEP: ..... e a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o n.º....., com sede à ....., Bairro....., CEP n.º. ...., e-mail .....@..... E telefone (...) .....-....., devidamente representada por ....., inscrita no RG. n.º. .... e CPF n.º ..... adjudicatária, **Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º ...../2024**, doravante denominada **DETENTORA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS n.º ...../2024**, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º ....., mediante cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto da presente ATA é o Registro de preços visando à contratação de empresa especializada para aquisição de Livros Didáticos Complementares com recursos híbridos para alunos e professores da Rede Municipal de Educação de Pirapora do Bom Jesus/SP.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do art. 84 da Lei Federal n.º 14.133/2021.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO DO OBJETO**

3.1. O fornecimento do produto registrado nesta Ata será solicitado através da Autorização de Fornecimento emitido pela Secretaria requisitante, de acordo com o modelo anexo no edital, que será juntado à Nota Fiscal.

**3.2 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.2.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

3.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO E DO PRAZO FORNECIMENTO E PRAZOS DE ENTREGA**

4.1 A entrega dos bens serão realizadas por demanda/necessidade, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 16:00 horas.

4.2. Correrão por conta da detentora todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como despesas de embalagem, seguros, transportes, tributos e encargos trabalhistas, e quaisquer outras que possam incidir para o cumprimento do contrato.

4.3. O recebimento dar-se-á somente se os produtos estiverem de acordo com as exigências e dentro das especificações descritas no objeto.

4.4. No caso de considerada insatisfatória as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser recolhido e substituído em 01 dia após notificação, sem que gere ônus a contratante.

4.5. Os produtos deverão ser entregues novos, devidamente embalados e em perfeitas condições de uso.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES E DO REAJUSTE**

5.1. Os valores ajustados são os abaixo registrados de acordo com a Proposta apresentada pela licitante.

Item	Qtd.	Und	Descrição	Marca/Modelo	Vr.Unit.	Vr.Total
01						



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

<b>VALOR TOTAL DO LOTE:</b>	<b>R\$</b>
<b>VALOR TOTAL (POR EXTENSO):</b>	

5.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nos termos do art. 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

5.2.1. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, os preços poderão ser reajustados conforme o índice de reajustamento IPCA, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**6.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) após o fechamento da nota mensal, mediante apresentação de cada Nota Fiscal com a devida medição do objeto, devidamente atestada pela Secretaria requisitante.

6.1.1. A Nota Fiscal também deverá ser encaminhada ao endereço eletrônico....

6.1.2. No corpo da Nota Fiscal deverá estar devidamente discriminado os seguintes dizeres:

**“Ata de Registro de Preços ..../2024**  
**PREGÃO ELETRONICO ...../2024**  
**PROCESSO 273/2024**

**OBJETO:** Registro de preços visando à contratação de empresa especializada para aquisição de Livros Didáticos Complementares com recursos híbridos para alunos e professores da Rede Municipal de Educação de Pirapora do Bom Jesus/SP.

6.2. As certidões exigidas no item 9.1 do edital referente a regularidade fiscal deverão ser apresentadas juntamente a cada NF emitida para comprovação de que a contratada/detentora mantenha a s mesmas condições de habilitação para fins de pagamento

6.3. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida á licitante para as devidas correções.

6.3.1. Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo de pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.4. Havendo atraso nos pagamentos não decorrentes de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, incidirá correção monetária sobre o valor devido pelo IPCA, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro-rata tempore*, em relação ao atraso verificado.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **7.1 Da Detentora**

- 7.1.1. Comunicar à Secretaria requisitante previamente qualquer ocorrência anormal, que impeça o fornecimento do objeto.
- 7.1.2. Manter as mesmas condições de habilitação.
- 7.1.3. Indicar o responsável que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais.
- 7.1.4. Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o produto fornecido, bem como pelo seu transporte até o local determinado para sua entrega.

### **7.2 Do Município**

- 7.1.5. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução da Ata de Registro de Preços.
- 7.1.6. Promover o apontamento no dia do recebimento dos materiais requisitados.
- 7.1.7. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. Não obstante o fato de a vencedora ser a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos produtos, objeto desta Ata de Registro de Preços, o Município, através de sua própria equipe ou de propostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.

## **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

- I) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**IV) Multa:**

- (1) Moratória de 10 % (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.1, de 20 % a 30 % do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 9.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 9.1, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 9.1, a multa será de 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).





**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 11.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 11.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - 11.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - 11.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
  - 11.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 11.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 11.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 11.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 11.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 11.5.1 Por razão de interesse público;
  - 11.5.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - 11.5.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 12.1. O Município não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
- 12.2. Todos os prazos constantes desta Ata serão em dias corridos, e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- 12.3. Fazem parte integrante desta Ata, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas no edital e as normas contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 12.4. Será competente o Foro da Comarca de Santana de Parnaíba – SP., que as partes elegem para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento da presente Ata.

E, por estarem justas e contratadas, firmam a presente Ata, em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo indicadas, por todos os fins e efeitos de direito.

Pirapora do Bom Jesus, ..... de ..... de 2024.

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**Gestor da Ata**

**EMPRESA.....**

**Representante**

**TESTEMUNHAS:**

a)

b)



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

**ANEXO VII**

**DECRETO Nº 6539 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024.**

**“Dispõe sobre a retenção do Imposto de Renda (IR) incidente sobre pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta, Indireta e pela Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus e dá outras providências”**

**DANY WILIAN FLORESTI**, Prefeito do município de Pirapora do Bom Jesus, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 70, VIII da Lei Orgânica do Município;

**CONSIDERANDO** o disposto no inciso I do art. 158 da Constituição da República, segundo o qual pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituïrem e mantiverem;

**CONSIDERANDO** a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 1.293.453 e na Ação Cível Originária nº 2.897;

**CONSIDERANDO** o que estabelece o art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

**CONSIDERANDO** a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e suas respectivas alterações aplicáveis aos Municípios, por força do princípio federativo, da autonomia financeira municipal e da simetria entre os entes da Federação, nos termos afirmados pelo Supremo Tribunal Federal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento de tributos e contribuições sejam realizados em conformidade ao que determina a legislação vigente, sem deixar de cumprir com as obrigações acessórias de prestação de informações à Receita Federal do Brasil e à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

**DECRETA:**



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

**Art. 1º** Ficam obrigados os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município e a Câmara de Vereadores de Pirapora do Bom Jesus, ao efetuarem pagamentos às pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, a proceder a retenção do Imposto de Renda (IR), com base na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, observando as disposições deste Decreto.

§ 1º A obrigação de que trata o caput deste artigo, de retenção do Imposto de Renda – IR, na Fonte, alcançará todos os contratos vigentes e vindouros, relações de compra e pagamentos a serem efetuados, inclusive de forma antecipada em decorrência de fornecimentos de bens ou de prestação de serviços para entrega futura.

§ 2º Os valores retidos de Imposto de Renda, na Fonte, a qualquer título, deverão ser recolhidos ao Tesouro Municipal, mediante Documento de Arrecadação Municipal - DAM, sendo vedado qualquer tipo de compensação.

**Art. 2º** As alíquotas do imposto de renda retido na fonte aplicáveis aos pagamentos efetuados pelas entidades municipais referidas no artigo anterior, serão aquelas estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 2012.

**Parágrafo único.** Para a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte de pessoas jurídicas aplicar-se-á a tabela do **Anexo I**, parte integrante deste Decreto.

**Art. 3º** Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda na fonte, os pagamentos a serem efetuados a pessoas jurídicas por serviços ou mercadorias elencadas no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

§ 1º A pessoa jurídica inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional – Lei Complementar nº 123/2006), deverá apresentar declaração na forma do **Anexo II**.

§ 2º As entidades do terceiro setor que gozem de imunidade e/ou isenção tributária, não incidência ou alíquota zero do Imposto de Renda, deverão apresentar declaração na forma do **Anexo III e IV**,



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

devido ainda informar a condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitar-se à retenção do Imposto de Renda, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

**Art. 4º** Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência deste Decreto, emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 2012 e suas alterações, em especial às disposições que se referem às retenções na fonte de IR, sob pena de não aceitação do documento apresentado por parte dos órgãos mencionados no artigo 1º. deste Decreto Municipal.

§ 1º Nos casos de pagamentos realizados através de documentos que contenham código de barras ou código pix ou nos casos de débito automático em conta, sem a correção, por parte do fornecedor do bem ou do prestador de serviços, do documento de cobrança ou documento em débito automático de forma a considerar o valor do imposto de renda a ser retido, deverá ser emitido documento de arrecadação municipal em nome do fornecedor, com vencimento no dia 10 do mês subsequente ao do pagamento realizado, salvo se substituírem o documento viciado por outro emitido conforme regras do caput.

§ 2º Nos casos específicos das instituições financeiras que promovam o débito automático de taxas e tarifas ou quando da utilização de serviços como TED, DOC e outros, essas entidades poderão optar por enviar fatura mensal referente aos serviços utilizados, que seguirá o fluxo da despesa pública, culminando no pagamento.

§ 3º Ficam os fornecedores, cujos pagamentos sejam efetuados por meio de débito em conta, realizados via código de barras ou código pix e ainda os fornecedores que promovam o débito em conta, obrigados a regularizar, até o dia 30 de setembro de 2023, a situação no documento de cobrança a ser apresentado, ou em relação ao débito automático, para fins de atendimento ao disposto no caput, não dispensando a obrigatoriedade da mencionada retenção.

§ 4º Aplicam-se as regras dispostas nos §1º a §3º sem prejuízo da ação judicial cabível.

**Art. 5º** A obrigação de retenção do IR alcançará todos os contratos e relações de compras e pagamentos a serem efetuados, pelos órgãos e entidades mencionados no art. 1º deste decreto, inclusive convênios com o terceiro setor, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de junho de 2023 aos pagamentos que



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

eventualmente ainda estejam em aberto, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023.

**Art. 6º** Os comprovantes de retenção e de recolhimento do IR deverão ser juntados aos respectivos processos de pagamento, que ficarão à disposição dos órgãos de controle interno e externo do Município até que se opere a decadência do direito de a Fazenda Pública constituir os créditos tributários relativos a esses exercícios.

**Art. 7º** O município fornecerá à pessoa jurídica comprovante anual de retenção, até o último dia útil de fevereiro do ano subsequente, podendo ser disponibilizado em meio eletrônico, conforme modelo constante do Anexo V a este Decreto Municipal informando, relativamente a cada mês em que houver sido efetuado o pagamento, os códigos de retenção, os valores pagos e os valores retidos.

**Art. 8º** Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças disciplinar a aplicação das normas previstas neste Decreto.

**Art. 9º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pirapora do Bom Jesus, 27 de fevereiro de 2024.

**DANY WILIAN FLORESTI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Publicado por afixação no quadro de avisos do Paço Municipal de Pirapora do Bom Jesus, nos termos do art. 74 da LOM-PBJ e art. 1º da Lei Municipal nº 380/94 e no DOM de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal nº 1.270, de 30 de junho de 2023.

**MARCOS SÉRGIO DE SOUZA**

**PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO**

**ANEXO I**

**Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF – Instrução Normativa nº 1.234/2012**  
**TABELA DE RETENÇÃO**

<b>NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO (01)</b>	<b>ALÍQUOTA IRRF</b>
Alimentação;	1,2
Energia elétrica;	1,2
Serviços prestados com emprego de materiais;	1,2



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Cidade dos Romeiros**

Construção Civil por empreitada com emprego de materiais;	1,2
Serviços hospitalares de que trata o art. 30 da IN RFB 1234/2012;	1,2
Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas de que trata o art. 31 da IN RFB 1234/2012;	1,2
Transporte de cargas, exceto os relacionados no código 8767, art. 5º da IN RFB 1234/2012;	1,2
Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal adquiridos de produtor, importador, distribuidor ou varejista, exceto os relacionados no código 8767;	1,2
Mercadorias e bens em geral;	1,2
Gasolina, inclusive de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (QAV), e demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de refinarias de petróleo, de demais produtores, de importadores, de distribuidor ou varejista, pelos órgãos da administração pública;	0,24
Álcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, adquirido diretamente de produtor, importador ou distribuidor;	0,24
Biodiesel adquirido de produtor ou importador;	0,24
Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), derivados de petróleo ou de gás natural e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas;	0,24
Álcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes adquirido de comerciante varejista;	0,24
Biodiesel adquirido de distribuidores e comerciantes varejistas;	0,24
Biodiesel adquirido de produtor detentor regular do selo "Combustível Social", fabricado a partir de mamona ou fruto, caroço ou amêndoa de palma produzidos nas regiões norte e nordeste e no semiárido, por agricultor familiar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);	0,24
Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais;	1,2
Estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997;	1,2
Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal, adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas;	1,2
Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros, inclusive, tarifa de embarque, exceto as relacionadas no código 8850;	2,40
Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais;	2,40
Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;	2,40
Seguro saúde;	2,40
Serviços de abastecimento de água;	4,80
Telefone;	4,80
Correio e telégrafos;	4,80
Vigilância;	4,80
Limpeza;	4,80
Locação de mão de obra;	4,80
Intermediação de negócios;	4,80
Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza;	4,80
Factoring;	4,80
Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos por servidor, por empregado ou por animal;	4,80
Demais serviços.	4,80

**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO PESSOAS JURÍDICAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL**

Ao  
Município de Pirapora do Bom Jesus/SP,





**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA ao Município de ....., para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

.....  
Assinatura do Responsável

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO III**  
**DO ART. 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA IN/SRF Nº 1.234/2012**

Ao  
Município de Pirapora do Bom Jesus/SP:

(Nome da entidade), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA ao Município de ....., que não está sujeita à retenção, na fonte, do IRPJ, da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, por se enquadrar em uma das situações abaixo:

I - INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO:

1. ( ) Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, por cumprir os requisitos previstos no art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

2. ( ) Entidade de ensino superior, em gozo regular da isenção prevista no art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, por ter aderido ao Programa Universidade para Todos (Prouni), instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, conforme Termo de Adesão vigente no período da prestação do serviço ou do fornecimento do bem (doc. Anexo).

**II - ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

1. ( ) Instituição educacional em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, § 7º da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério da Educação e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

2. ( ) Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, § 7º da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério de sua área de atuação e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101, de 2009.

O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; do art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e para fins do art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, que:

a) é representante legal da entidade e assume o compromisso de informar, imediatamente, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao órgão ou à entidade contratante, qualquer alteração na situação acima declarada;

b) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

Local e data

.....  
Assinatura do Responsável

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO IV**  
**DO ART. 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA IN/SRF Nº 1.234/2012**

Ao  
Município de Pirapora do Bom Jesus/SP,

(Nome da entidade), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA ao Município de ....., para fins de não incidência na fonte do IR, da CSLL, da Cofins, e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é entidade sem fins lucrativos de caráter ....., a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos, cumulativamente:

a) é entidade sem fins lucrativos;



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

- b) presta serviços para os quais foi instituída e os coloca à disposição do grupo de pessoas a que se destinam;
- c) não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes por serviços prestados;
- d) aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- e) mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- f) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- g) apresenta anualmente a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), quando se encontra na condição de obrigado e em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
- h) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

II - o signatário é representante legal desta entidade, assumindo o compromisso de informar à RFB e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

.....  
Assinatura do Responsável



**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Cidade dos Romeiros

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO ANUAL DE RETENÇÃO MUNICIPAL**

<b>MUNICÍPIO DE</b> .....	<b>COMPROVANTE ANUAL DE RETENÇÃO DE IRPJ</b> (Lei nº 9.430, de 1996, art.64 – IN RFB 1234/2012)
Secretaria .....	Ano Calendário _____

**1. FONTE PAGADORA**

NOME	CNPJ
------	------

**2. PESSOA JURÍDICA FORNECEDORA DO BEM OU PRESTADORA DO SERVIÇO**

CNPJ	NOME COMPLETO
------	---------------

**3. RELAÇÃO DE PAGAMENTOS E RETENÇÕES**

MÊS DO PAGAMENTO	CÓDIGO DA RETENÇÃO	VALOR PAGO	VALOR RETIDO

**4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

--

**5. RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES**

NOME	DATA	ASSINATURA
------	------	------------

IN RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012